

XI Encontro Fineduca

Reformas fiscais e recursos para educação

Vilma da Conceição Pinto

Diretora da Instituição Fiscal Independente do Brasil

Brasília, 07 de dezembro de 2023

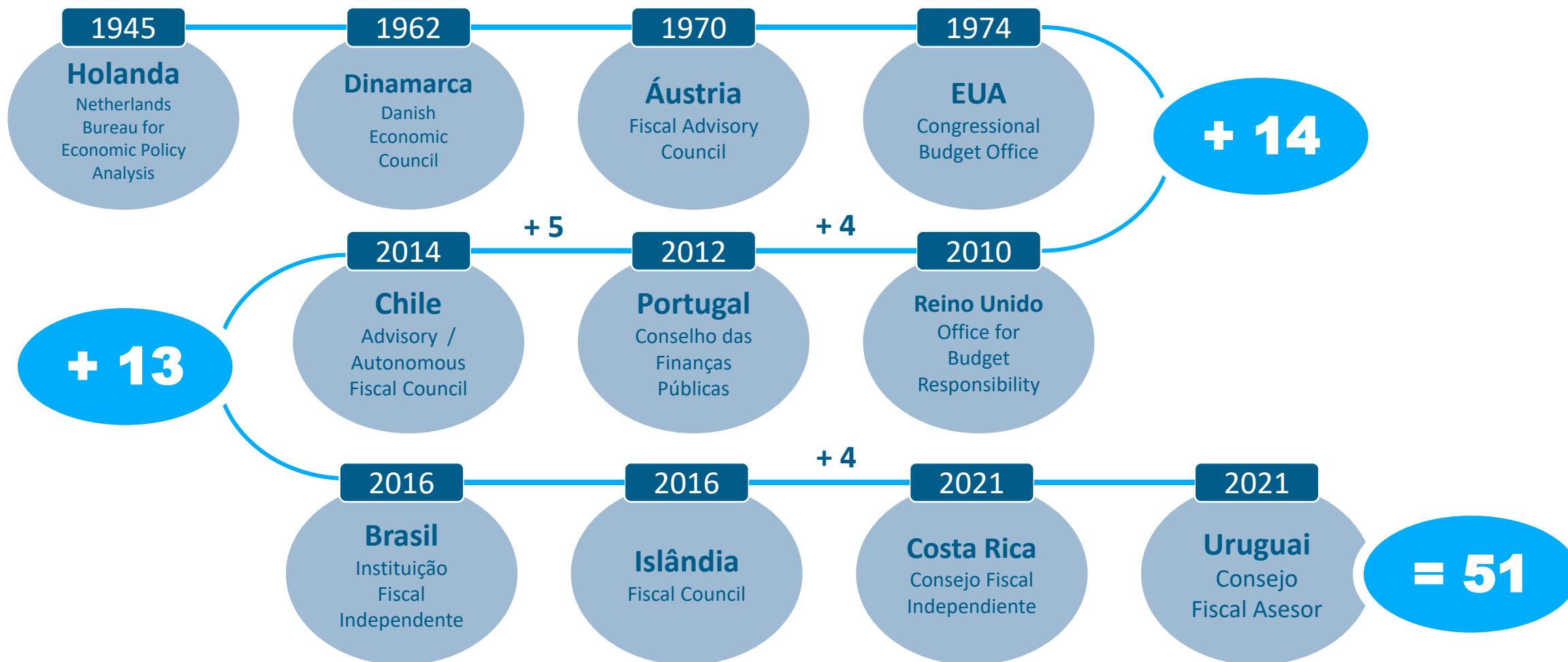
- Sobre a IFI
- Evolução das contas da União
- Regras fiscais: do teto de gastos ao novo arcabouço fiscal
- Gastos com educação à luz das regras fiscais

- ❑ IFIs são instituições públicas com mandato para realizar **análises técnicas e apartidárias** sobre política fiscal e orçamentária com objetivo de:
 - (i) melhorar a **disciplina** fiscal;
 - (ii) promover maior **transparência** das contas públicas e
 - (iii) elevar a **qualidade** do debate público sobre a política fiscal.

- ❑ É uma **tendência mundial**: em resposta aos efeitos negativos da crise econômica e financeira de 2008, diversos países, particularmente os que compõem a OCDE, criaram instituições fiscais independentes (por exemplo, Canadá, Austrália e Itália).

Instituições Fiscais Independentes no mundo

Tendência mundial, principalmente após a crise de 2008/2009. Objetivo central: Monitorar as contas públicas.



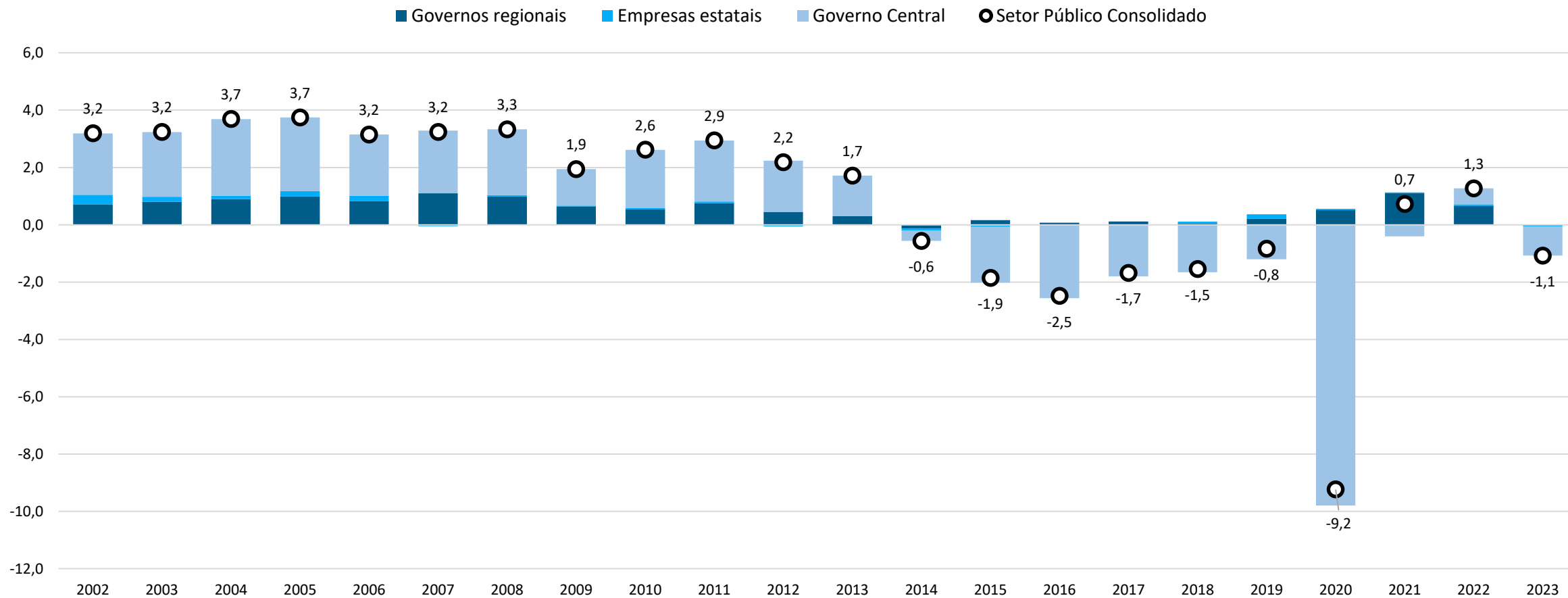
❑ Finalidades:

- divulgar suas **estimativas de parâmetros** e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
- analisar a **aderência do desempenho** de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;
- mensurar o **impacto de eventos fiscais** relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial;
- projetar a **evolução de variáveis fiscais** determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público

Resultado primário do Setor Público Consolidado (SPC)

Contribuição relevante dos entes regionais até 2022. Retorno ao déficit primário na margem.

Resultado primário do setor público consolidado em % do PIB

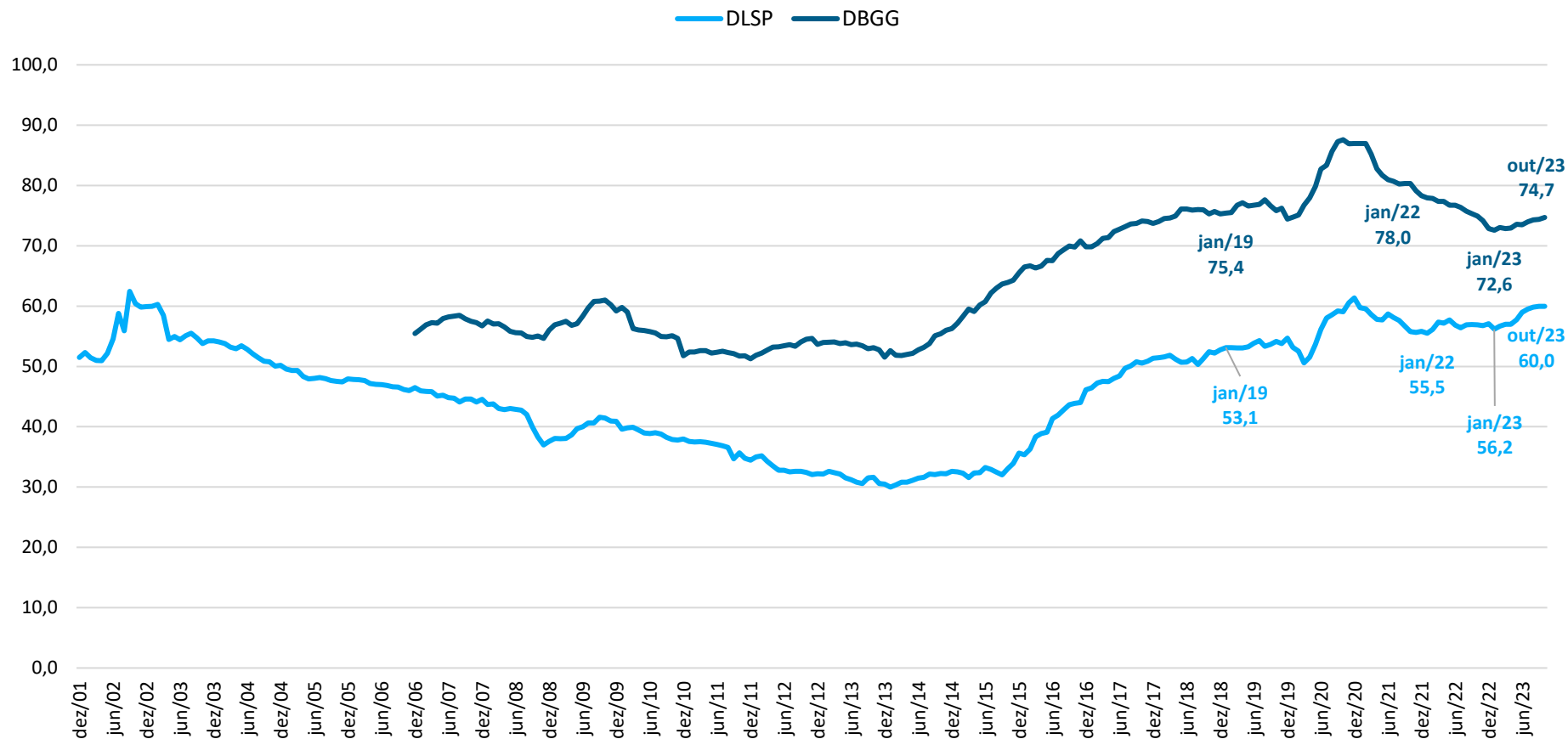


Fonte: Banco Central do Brasil. *2023 acum. em 12 meses até outubro. Elaboração: IFI.

Necessidades de financiamento e dívida pública

Cenário é de elevação da dívida pública, seja no conceito líquido (Setor Público) seja no conceito bruto (Governo Geral)

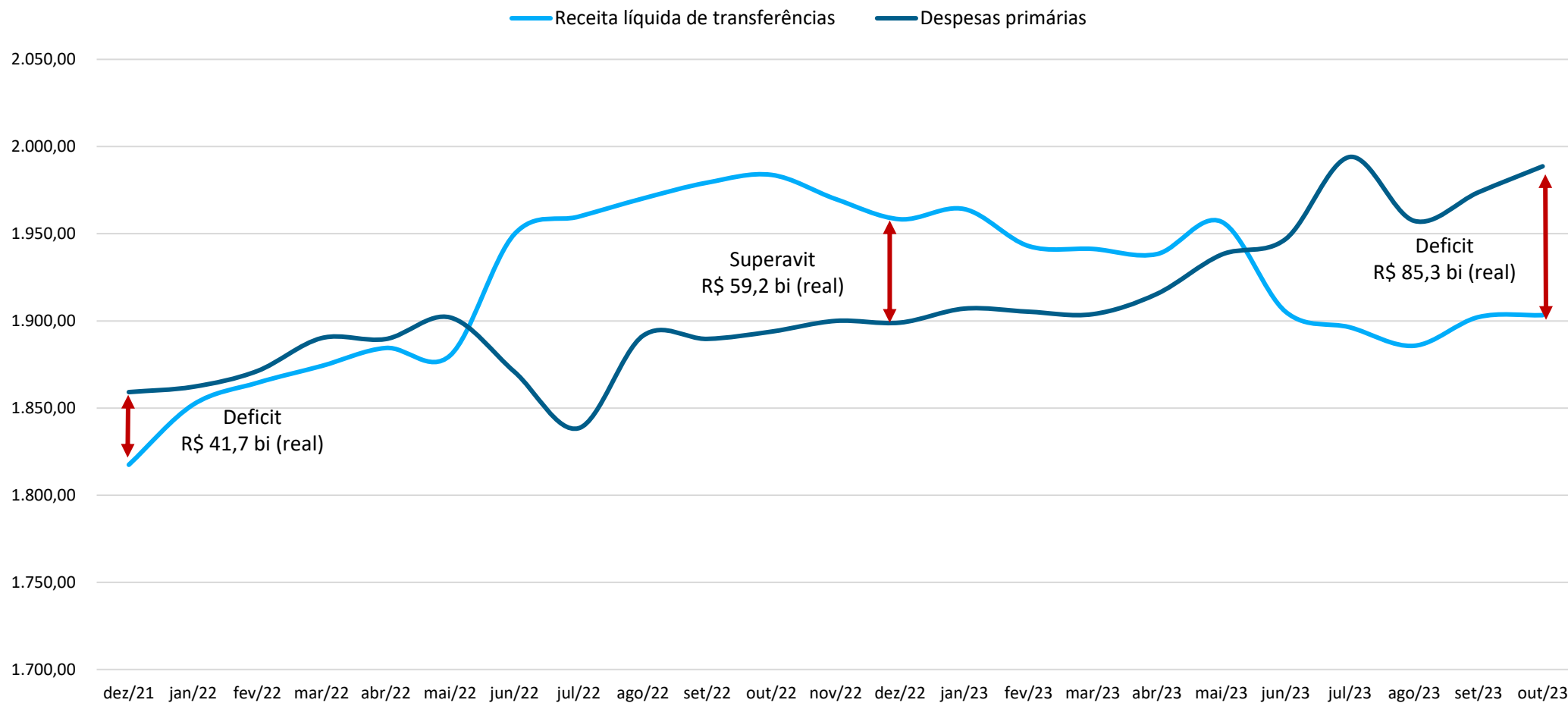
Evolução da dívida pública em % do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: IFI.

Cenário atual é caracterizado por uma redução acentuada das receitas primárias e aumento das despesas primárias

Receitas e despesas primárias da União R\$ bilhões a preços de out/23, acumulado em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Decompondo o primário: Restrições fiscais 2023 x 2024

Metas para resultado primário é mais restritiva em 2024. Condicionante para despesas depende de aprovação de mensagem modificativa do PLDO de 2024

	2023		2024	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Resultado primário (Cenário Governo)	-203,4	-1,90	2,8	0,02
Centro da meta	-65,9	-0,62	0,0	0,00
Abatimento da meta	147,7	1,38	n.a	n.a.
Intervalo inferior de tolerância	n.a.	n.a.	-28,6	-0,25
Espaço Fiscal / Recursos condicionados	10,2	0,10	-168,5	-1,48
Despesa primária (Cenário Governo)	1.950,2	18,21	2.093,0	18,33
Limite de despesa	1.945,3	18,16	2.060,6	18,04
Excesso Executivo (Condicionantes)	-5,0	-0,05	-32,4	-0,28
Excesso outros poderes	0,0	0,00	0,0	0,00

Decompondo o primário: Despesas primárias da União

Qual o limite de despesas primárias para 2024?

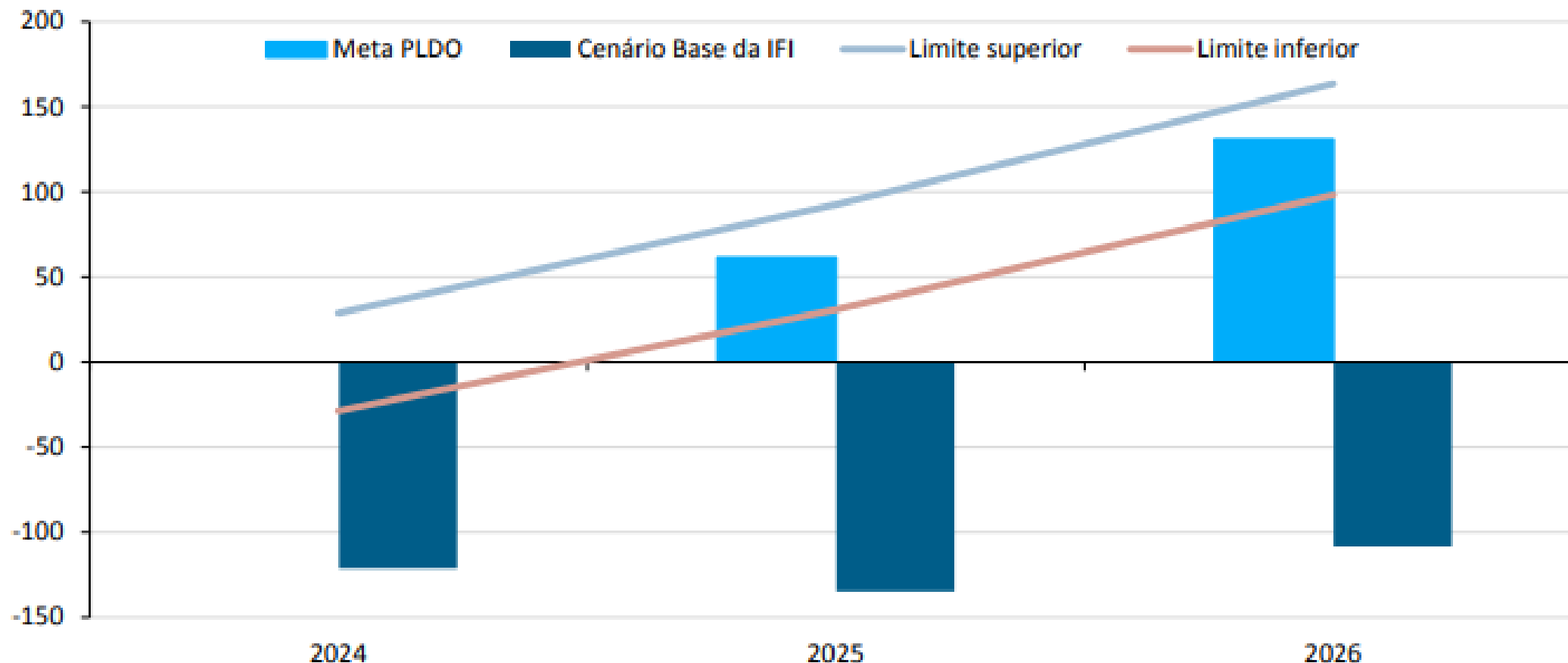
Poder / Órgão	R\$ milhões, correntes				% do PIB				Dif. 2024 x 2023	
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	Δ R\$ milhões	Δ p.p. PIB
I. Poder Executivo	1.421.604	1.608.481	1.867.414	1.978.911	15,98	16,22	17,43	17,33	111.498	-0,10
Despesas condicionadas (Art. 23-A PLDO)	n.a.	n.a.	n.a.	32.419	n.a.	n.a.	n.a.	0,28	n.a.	n.a.
II. Poder Legislativo	12.838	14.510	15.538	16.302	0,14	0,15	0,15	0,14	764	0,00
Câmara dos Deputados	6.166	6.970	7.463	7.830	0,07	0,07	0,07	0,07	367	0,00
Senado Federal	4.539	5.130	5.494	5.764	0,05	0,05	0,05	0,05	270	0,00
Tribunal de Contas da União	2.133	2.411	2.581	2.708	0,02	0,02	0,02	0,02	127	0,00
III. Poder Judiciário	44.189	49.947	53.485	56.113	0,50	0,50	0,50	0,49	2.628	-0,01
Supremo Tribunal Federal	660	745	798	838	0,01	0,01	0,01	0,01	39	0,00
Superior Tribunal de Justiça	1.535	1.752	1.876	1.968	0,02	0,02	0,02	0,02	92	0,00
Justiça Federal	11.425	12.926	13.842	14.522	0,13	0,13	0,13	0,13	680	0,00
Justiça Militar da União	557	630	674	708	0,01	0,01	0,01	0,01	33	0,00
Justiça Eleitoral	7.525	8.518	9.121	9.569	0,08	0,09	0,09	0,08	448	0,00
Justiça do Trabalho	19.465	22.036	23.568	24.726	0,22	0,22	0,22	0,22	1.158	0,00
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.754	3.113	3.334	3.497	0,03	0,03	0,03	0,03	164	0,00
Conselho Nacional de Justiça	268	228	273	286	0,00	0,00	0,00	0,00	13	0,00
IV. Defensoria Pública da União	559	632	677	710	0,01	0,01	0,01	0,01	33	0,00
V. Ministério Público da União	6.747	7.626	8.166	8.568	0,08	0,08	0,08	0,08	401	0,00
Ministério Público da União	6.661	7.529	8.062	8.459	0,07	0,08	0,08	0,07	396	0,00
Conselho Nacional do Ministério Público	86	97	104	109	0,00	0,00	0,00	0,00	5	0,00
VI. TOTAL	1.485.936	1.681.197	1.945.280	2.060.604	16,70	16,96	18,15	18,04	115.324	-0,11
VI.b TOTAL COM DESPESAS CONDICIONADAS	n.a.	n.a.	n.a.	2.093.023	n.a.	n.a.	n.a.	18,33	147.743	0,17

Fonte: Tesouro Transparente e PLOA 2024. Elaboração: IFI.

Metas para resultado primário

Orçado para 2024: Restrição maior está nas metas para resultado primário

META DE PRIMÁRIO E CENÁRIO DA IFI (R\$ BILHÕES)



Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e IFI. Elaboração: IFI.

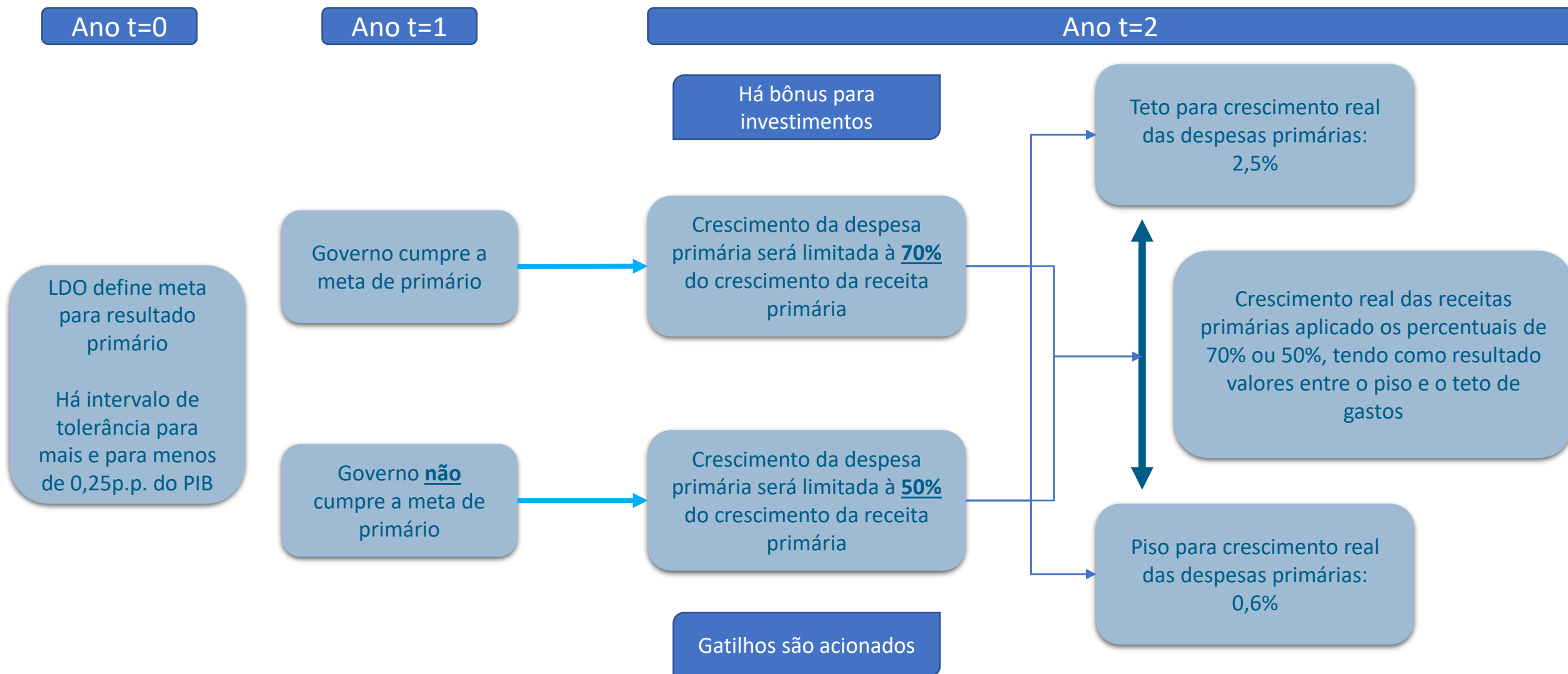
Entendendo a transição de regime fiscal

Mudanças no indexador que corrige o teto de gastos. Antes era usada a Inflação até junho, mas com a Emenda, mudou para inflação até dezembro.



Decompondo o primário: Regime Fiscal Sustentável

Linhas gerais referente ao Regime Fiscal Sustentável previsto na Lei Complementar nº 200, de 2023.



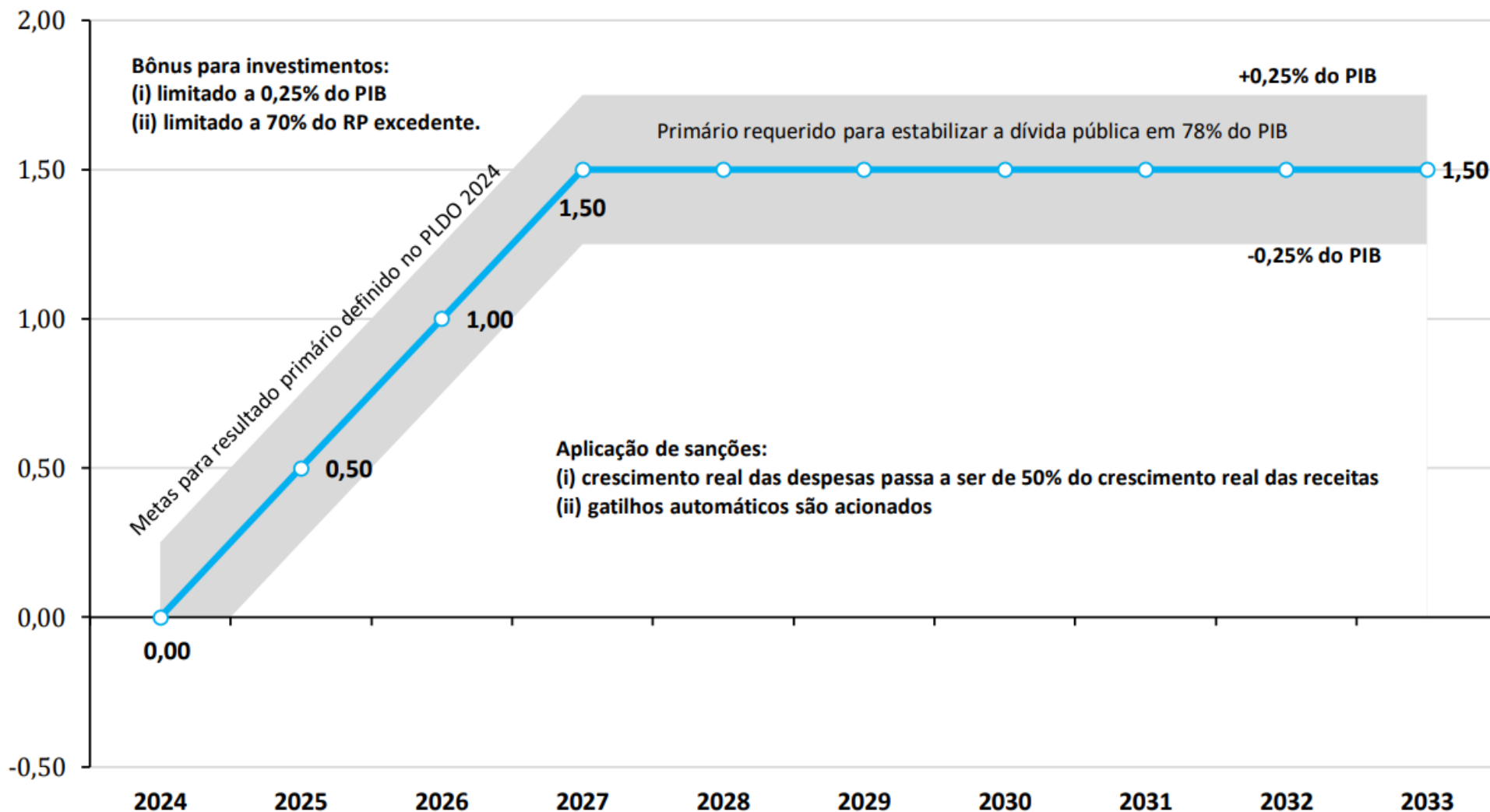
Qual o tamanho do ajuste fiscal que precisa ser feito?

Combinação entre crescimento econômico e juros reais ($r-g$) determinam o tamanho do resultado primário necessário para a sustentabilidade da dívida pública.

Primário necessário para manter a dívida estável em 75,8% do PIB no médio prazo

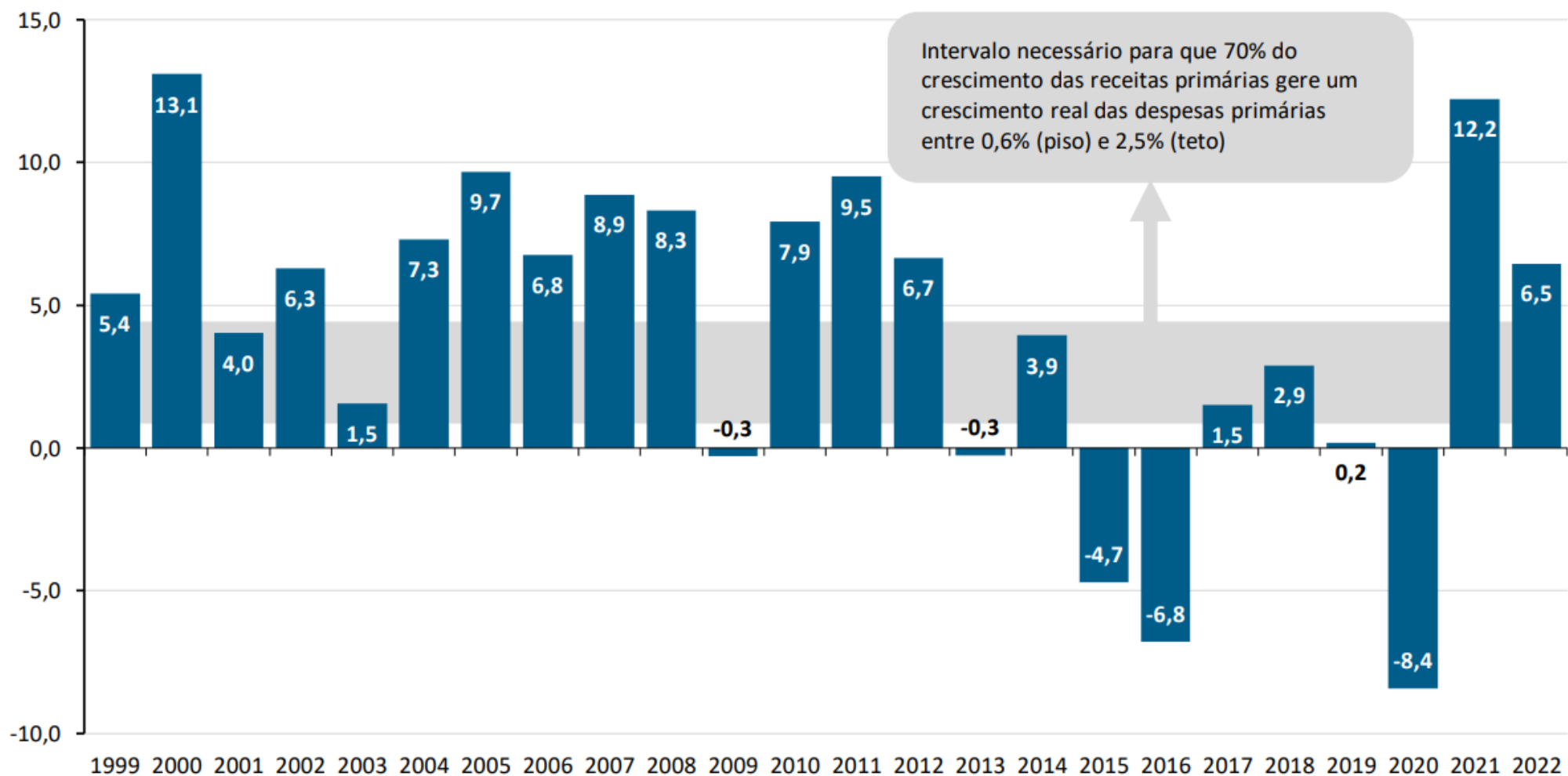
Dívida em 75,8% do PIB		Cenários para taxa de (PIB) crescimento real (g)							
		0,0%	0,5%	1,0%	1,5%	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%
Cenários para taxa de juros reais (r)	0,0%	0,0%	-0,4%	-0,8%	-1,1%	-1,5%	-1,8%	-2,2%	-2,6%
	0,5%	0,4%	0,0%	-0,4%	-0,7%	-1,1%	-1,5%	-1,8%	-2,2%
	1,0%	0,8%	0,4%	0,0%	-0,4%	-0,7%	-1,1%	-1,5%	-1,8%
	1,5%	1,1%	0,8%	0,4%	0,0%	-0,4%	-0,7%	-1,1%	-1,5%
	2,0%	1,5%	1,1%	0,8%	0,4%	0,0%	-0,4%	-0,7%	-1,1%
	2,5%	1,9%	1,5%	1,1%	0,7%	0,4%	0,0%	-0,4%	-0,7%
	3,0%	2,3%	1,9%	1,5%	1,1%	0,7%	0,4%	0,0%	-0,4%
	3,5%	2,7%	2,3%	1,9%	1,5%	1,1%	0,7%	0,4%	0,0%
	4,0%	3,0%	2,6%	2,3%	1,9%	1,5%	1,1%	0,7%	0,4%
	4,5%	3,4%	3,0%	2,6%	2,2%	1,9%	1,5%	1,1%	0,7%
	5,0%	3,8%	3,4%	3,0%	2,6%	2,2%	1,8%	1,5%	1,1%
	5,5%	4,2%	3,8%	3,4%	3,0%	2,6%	2,2%	1,8%	1,5%
	6,0%	4,5%	4,1%	3,8%	3,4%	3,0%	2,6%	2,2%	1,8%
	6,5%	4,9%	4,5%	4,1%	3,7%	3,3%	3,0%	2,6%	2,2%
	7,0%	5,3%	4,9%	4,5%	4,1%	3,7%	3,3%	2,9%	2,6%
	7,5%	5,7%	5,3%	4,9%	4,5%	4,1%	3,7%	3,3%	2,9%

METAS PARA RESULTADO PRIMÁRIO (RP) COM INTERVALO DE TOLERÂNCIA (EM % DO PIB)



Fonte: PLN 4, de 2023 (PLDO de 2024), PLP 93, de 2023 e IFI. Elaboração: IFI.

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS PRIMÁRIAS SUJEITAS À REGRA



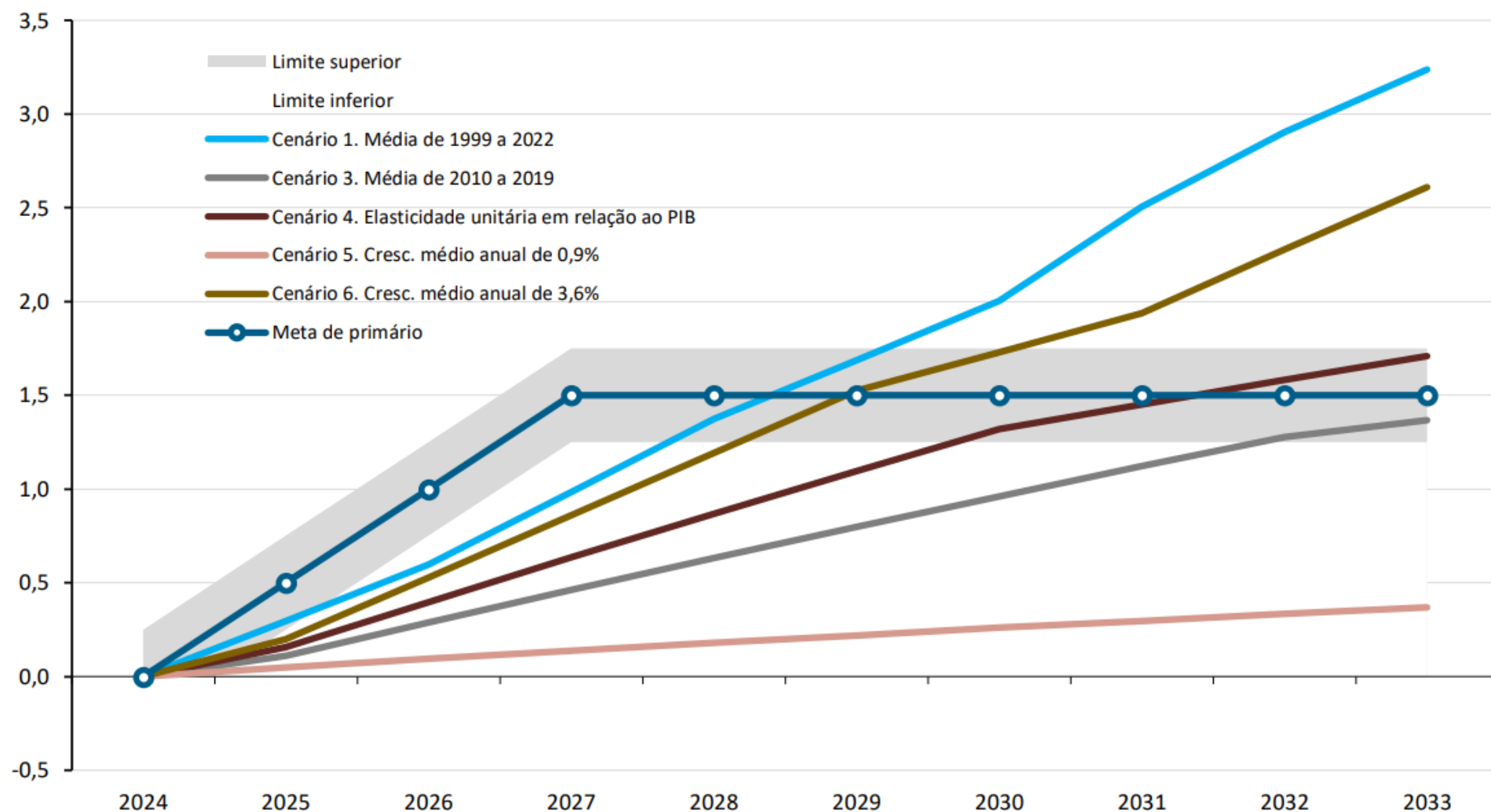
Fonte: IBGE, Tesouro Nacional. Elaboração: IFI. *Exclui operações com ativos, como capitalização da Petrobrás e fundo soberano.

CENÁRIOS PARA RESULTADO PRIMÁRIO: NOVO ARCABOUÇO FISCAL

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	média 25-33
Cenário 1. Média de 1999 a 2022	0,0	0,3	0,6	1,0	1,4	1,7	2,0	2,3	2,7	3,0	1,7
Cenário 2. Média de 2000 a 2009	0,0	0,7	1,5	2,3	3,1	4,0	4,8	5,8	6,7	7,7	4,1
Cenário 3. Média de 2010 a 2019	0,0	0,1	0,3	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1	1,3	1,4	0,8
Cenário 4. Elasticidade unitária em relação ao PIB	0,0	0,2	0,4	0,6	0,9	1,1	1,3	1,5	1,6	1,7	1,0
Cenário 5. Cresc. médio anual de 0,9%	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2
Cenário 6. Cresc. médio anual de 3,6%	0,0	0,2	0,5	0,9	1,2	1,5	1,7	1,9	2,1	2,4	1,4
Centro da meta de primário (% do PIB)	0,0	0,5	1,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,3

Fonte: IFI.

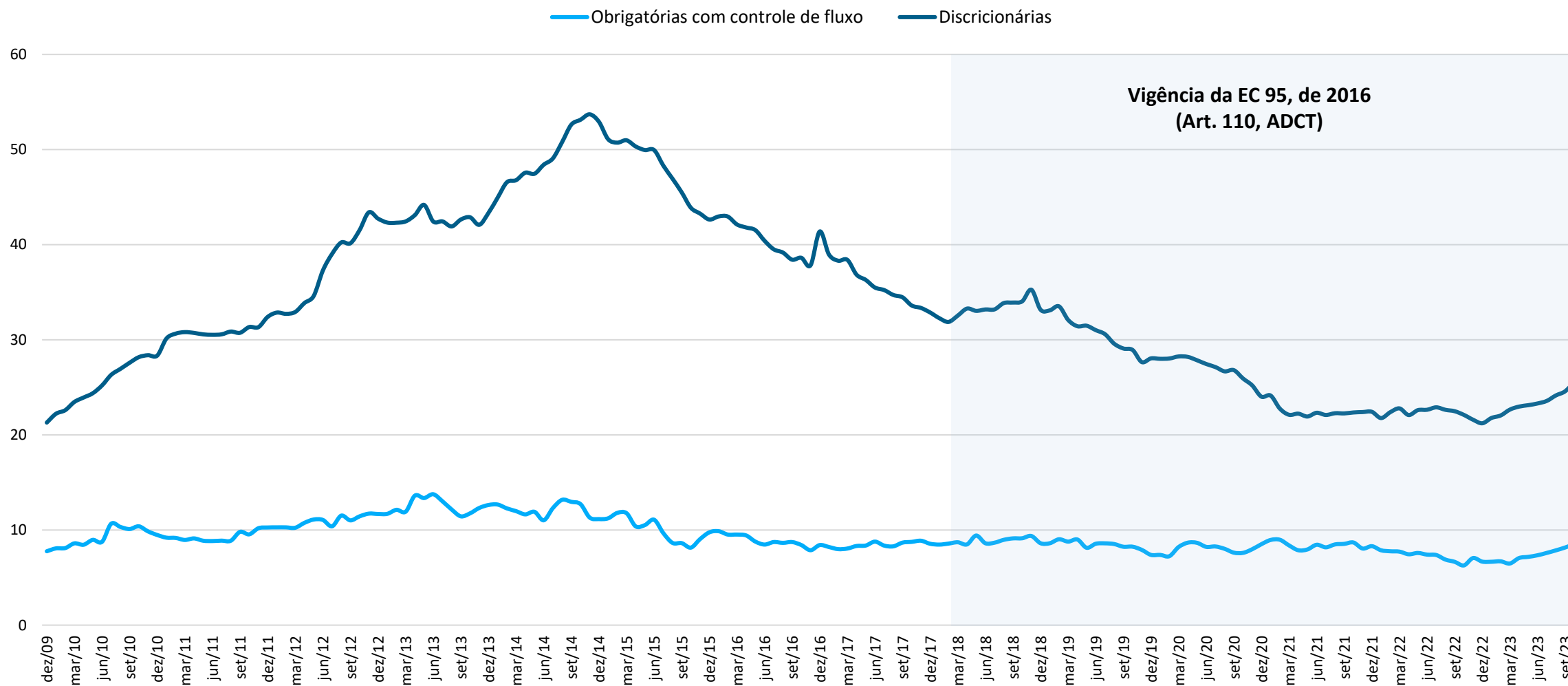
CENÁRIOS PARA RESULTADO PRIMÁRIO: NOVO ARCABOUÇO FISCAL



Fonte: PLDO, IBGE, STN e IFI. Elaboração: IFI.

Evolução dos gastos com educação

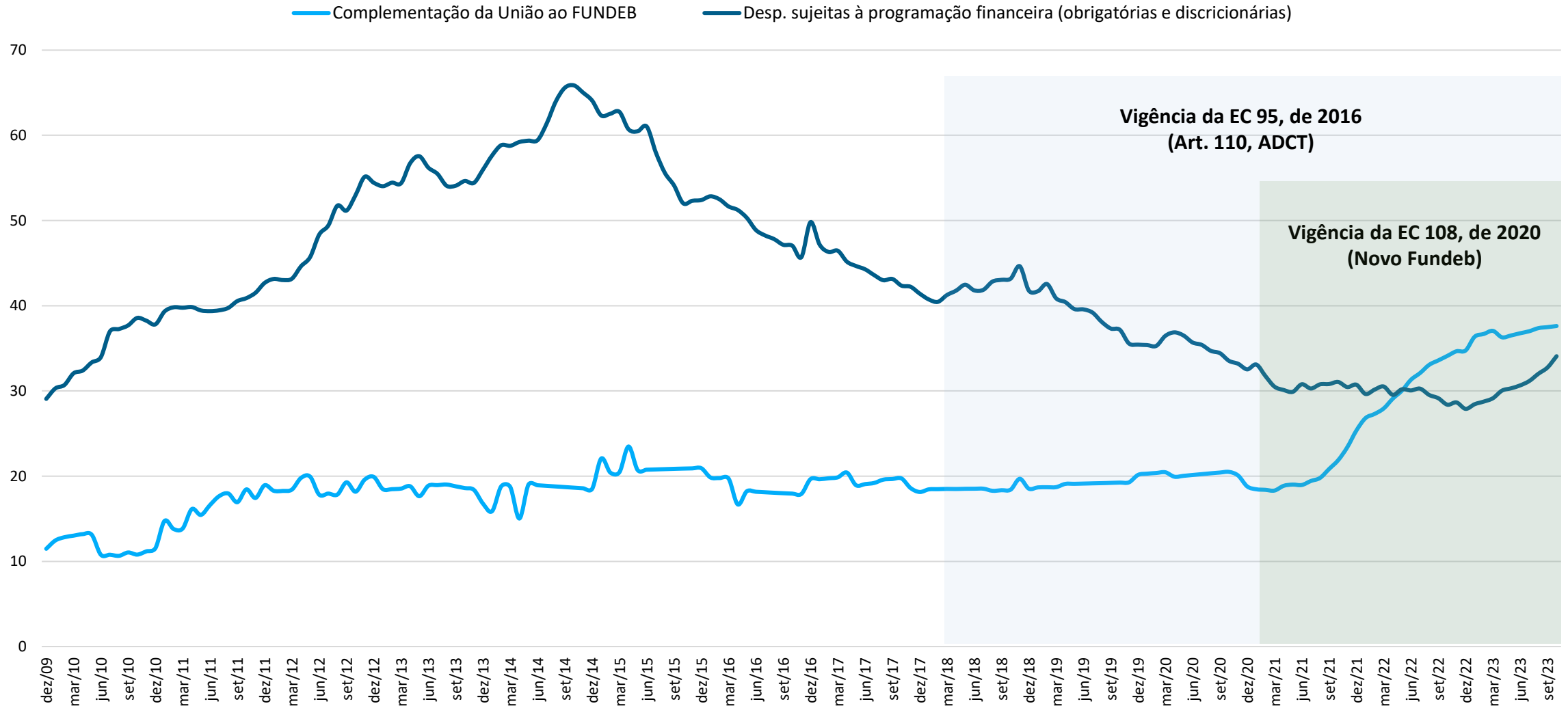
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira - Função Educação R\$ bilhões a preços de out/23, acumulado em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

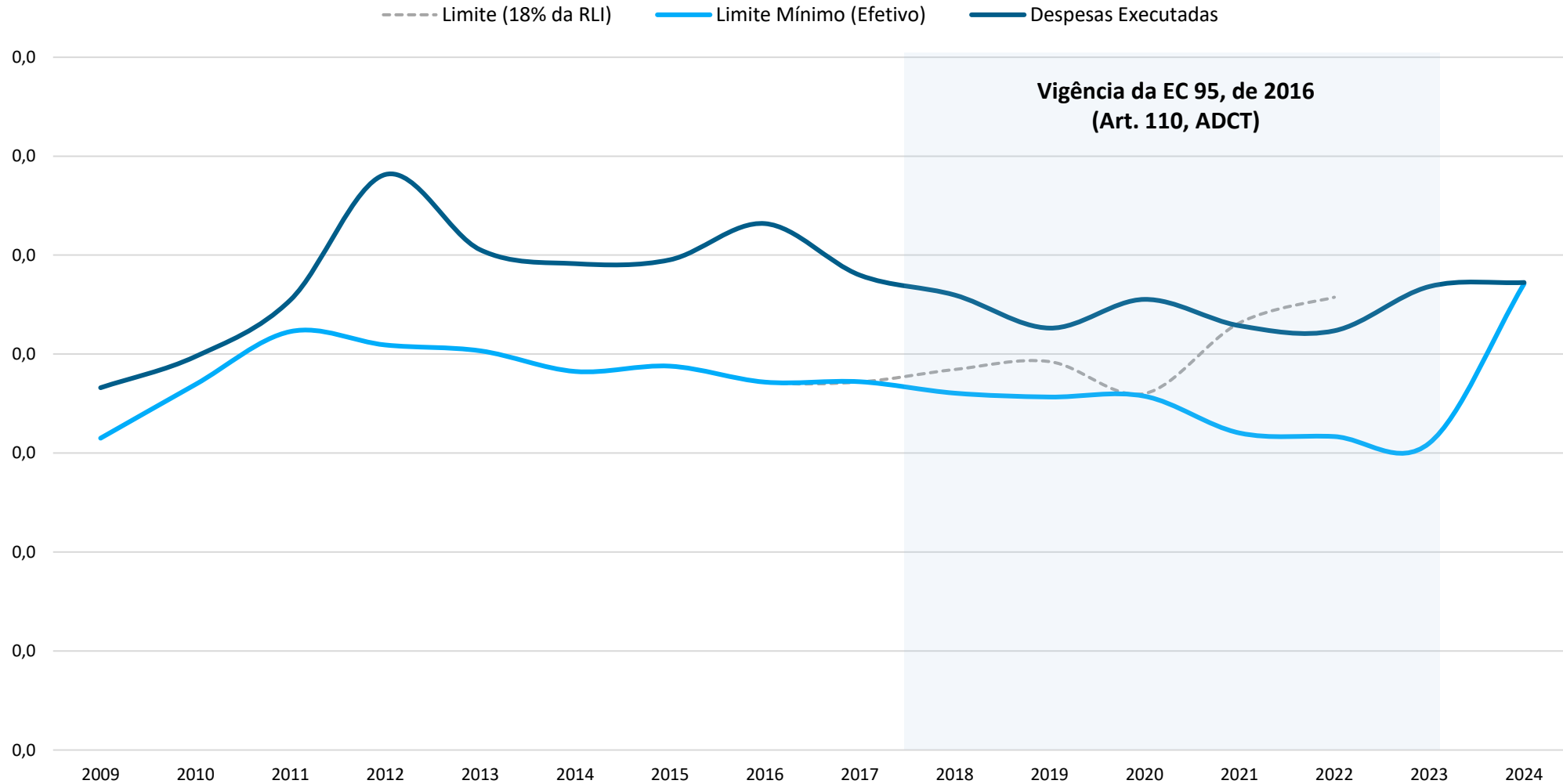
Evolução dos gastos com educação

Despesas da educação: Sujeitas à programação financeira e complementação para o Fundeb



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Limite mínimo e despesa executada (em % do PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Obrigada!

Vilma da Conceição Pinto

vilma.pinto@senado.leg.br

<https://linktr.ee/ifibrasil>